

Como a América Latina quer falar com os credores

A redução dos juros internacionais das suas taxas históricas (de 1900 a 1980 foram de 1 a 2%, chegando a ser negativos por curtos períodos representaria uma economia de US\$ 80 bilhões para os países devedores no próximo ano. O retorno dos preços dos produtos primários aos seus níveis de 1980, por sua vez, representaria o ganho de mais US\$ 10 bilhões. O valor agregado do conjunto desses recursos somaria de US\$ 100 a US\$ 120 bilhões, o que corresponde às necessidades estimadas dos 11 países latino-americanos do Consenso de Cartagena para que retomem o crescimento e evitem o que o presidente uruguai chamou de situação "incendiária", que poderia provocar a desestabilização política desses países, muitos deles saindo de regimes ditatoriais.

O Plano Backer, no entanto, oferece apenas US\$ 40 bilhões, sem referir-se às taxas de juros e deixando implícita uma carga de condicionalidades consideradas recessivas e, em alguns pontos, violadoras da soberania dos países devedores em relação à escolha de seus modelos macroeconômicos internos. E, ainda, reduz a margem de manobras para futuras negociações, ao eliminar instâncias de novas conversações.

Apesar disso, a declaração de Montevideu, produzida pelo quarto encontro do Consenso de Cartagena, encerrado terça-feira, considera a proposta Backer um passo positivo ao reconhecer o princípio de responsabilidade na solução do problema da dívida, e da necessidade de crescimento dos países devedores, mediante o restabelecimento de fluxos financeiros para os deve-

dores". Isto porque há necessidade iminente de novos recursos por parte da quase totalidade dos países. Seja para investimentos, rolagem das dívidas ou novos empréstimos que permitam garantir liquidez sem cair em processo inflacionário explosivo. E o Plano Backer, apesar de tudo, foi considerado como uma abertura de diálogo e de reconhecimento das implicações políticas da dívida.

Cacife maior

"A América Latina precisa crescer em liberdade e crescer para ser mais livre", dizia a versão inicial da declaração de Montevideu. Esta expressão foi retirada, assim como varias outras, com o objetivo de eliminar o quanto possível os aspectos "retóricos" do documento. A intenção do Grupo de Cartagena era, ao final do encontro ampliar os canais de negociação, sem ultimatos, mas deixando bem claro que, se não houver uma solução para o problema da dívida, toda a economia mundial corre o risco de um colapso, a partir da quebra irremediável dos devedores, ainda convenientes fornecedores de matérias-primas e considerável mercado consumidor de produtos industrializados de alto valor agregado.

Essa intenção de diálogo, porém com maior cacife para apresentar perante os credores, foi reafirmada no domingo, um dia antes do início do encontro de Montevideu, quando se reuniram em uma estância argentina os representantes do Brasil, México, Uruguai e da própria Argentina. "Muito mais que acertar o que fariam, os ministros entenderam-se sobre o que não queriam",

afirmou um dos participantes da reunião prévia, representando a Argentina. E o que não se queria era um "tom estridente" no documento final, cuja repercussão poderia ser ainda mais negativa por acirrar as defesas dos credores e eventualmente provocar um movimento de instabilidade em importantes bolsas e mercados financeiros.

Os nove pontos básicos propostos pelo plano de emergência aprovado são há muito conhecidos — nem sempre com todas as palavras — pelos banqueiros e instituições financeiras internacionais. O que o Grupo de Cartagena criou realmente de novo foi o comitê de acompanhamento, um vigilante pronto a gritar "fogo" quando o incêndio começar, ou seja, alertar os credores sobre as condições de temperatura e pressão de suas economias internas e respectivas repercussões políticas, a tempo de que cheguem os bombeiros com a água de novos recursos.

Depois de uma pequena disputa interna, logo eliminada, foi escolhido o vigilante chefe, ou coordenador do comitê, o chanceler uruguai Enrique Iglesias, que vem conduzindo a política externa e as negociações de sua dívida com muita moderação e tem-se tornado um interlocutor confiável do mundo financeiro, além de aliar a isso grande capacidade diplomática. Seus esforços para fazer do Uruguai a "Suíça latino-americana" têm dado resultados. Pelo menos os US\$ 100 milhões que venceram até agora não foram pagos pelo Uruguai, que nem por isso enfrentou os "oficiais de justiça" norte-americanos, cujos contratos permitem inclusive a requesta de bens desse

país para honrar seus compromissos.

"Ameaça"

Apesar de reafirmada a cesso e linearidade de pensamento entre os componentes de Cartagena, principalmente entre os três países devedores — Brasil, México e Argentina —, resta saber quem vai amarrar o guizo no rabo do gato, seja, qual dos devedores vai querer com que os banqueiros reduzam suas taxas de juros. Em segundo lugar, como será possível fazer os credores de US\$ 360 bilhões esperarem por três anos que lhes trarão esse dinheiro. Da mesma forma, quem vai convencer o mercado financeiro internacional a continuar investindo na região ou a deixar de receber "exportação líquida" de recursos, que dilapidam a poupança interna e impede novos investimentos produtivos nesses países?

O documento de Montevideu não foi concluído com um "grito de independência" porque o bombeiro chefe, com apoio do Brasil, conseguiu deslocar para o interior do documento o seguinte e "ameaçador" parágrafo:

— Se não se adotar o conjunto de medidas proposto, a região será levada a uma situação de gravidade de extrema, que a obrigará necessariamente a limitar suas transações líquidas de recursos para evitar uma maior instabilidade social e política, que poderia revertê os processos de consolidação democrática.

Murilo Murça,
enviado especial